

O agenciamento no cativo: estudos de caso como ferramenta metodológica para o entendimento da dimensão da subjetividade nos processos decisórios numa sociedade escravista

Leonara Lacerda Delfino

Mestre em História (UFJF) e doutoranda em História (UFJF)

leonaralacerda@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo visa tecer algumas reflexões teóricas acerca dos processos de individuação no cativo, bem como algumas considerações sobre os elementos imperativos e subjetivos vinculados aos *processos decisórios* e à efetuação de escolhas de indivíduos escravizados e libertos. Através dos aportes teórico-metodológicos oferecidos pela *micro-história italiana*, associada à análise sociológica de Norbert Elias, este artigo procura explorar os potenciais analíticos de categorias como: *incerteza*, *racionalidade limitada*, *modelos generativos*, *maximização de ganhos*, *rede social*, *identidades*, para o entendimento dos limites e alcances do agenciamento escravo e de grupos subalternos na sociedade escravista.

PALAVRAS-CHAVE: Agenciamento escravo, Contingência histórica, Identidades de grupo.

ABSTRACT: This article aims to make some theoretical reflections about the process of individuation in captivity, as well as some considerations about the requirements and elements linked to the subjective decision-making processes and choices of individuals effecting slaves and freedmen. Through the theoretical and methodological contributions offered by Italian micro-history, coupled with the sociological analysis of Norbert Elias, this article seeks to explore the potential of analytical categories such as: uncertainty, bounded rationality, generative models, maximizing profits, social networking, identity, for understanding the limits and scope of the agency subordinate groups and slave in a slave society.

KEYWORDS: Slave agency, Historical contingency, Group identities.

“Escalas, Indícios e Singularidades”: a microanálise e o redimensionamento da experiência do cativo

Os *estudos de caso* em espaços circunscritos ou análises longitudinais de percursos individuais e de grupos vêm constituindo-se como ferramentas metodológicas cruciais para o entendimento dos processos de individuação no cativo. Deste modo, refletir sobre os mecanismos impositivos em confronto com as margens de manobras de escolhas, nos chamados momentos de tomada de decisões, ou como bem quis Giovanni Levi¹, nos “sistemas de processos decisórios”, vem se estabelecendo como caminhos provocativos na apreensão da

¹ LEVI, Giovanni. *Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Trad. Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 227-250.

dimensão da *incerteza*², da possibilidade e da contingência das ações históricas, antes relegadas ao segundo plano em discussões macroanalíticas, que por aceitarem categorias explicativas de antemão, não recorriam de forma construtivista ao seu objeto, nem conseguiam dar conta de processos que fugiam da regularidade, do estável, de tudo que fosse mensurável e passível de leis explicativas.

Nesse sentido, a abordagem microanalítica remete, necessariamente, ao método de *redução de escala* do objeto, para que desse modo seja possível a decodificação da experiência do vivido. Esta, tomada sempre em consonância com o sistema normativo de valores e com outros mecanismos impositivos, que dizem respeito tanto à *distribuição de recursos*³, ou seja, da posição social ocupada por um dado indivíduo na sociedade, bem como à *racionalidade limitada*⁴ que aquele dispõe, isto é, sua percepção particular de mundo, baseada numa suposta cadeia de respostas e reações encadeadas por outros agentes, com quem compartilha uma mesma teia de convívio, permeada por conflitos abertos, negociações, alianças e uma série de ambigüidades e fissuras que impedem qualquer tipo de imposição de leis regulares para o entendimento de seu funcionamento. Nessa perspectiva, o *comportamento interacional* é incisivamente colaborador na edificação de idiosincrasias dos seus atores.

Deste modo, superado o paradigma da *reificação escrava*, defendido de forma tão contundente pela *Escola de Sociologia Paulista*⁵, o desafio que se abre na historiografia da escravidão

² A noção de “incerteza” é um conceito chave na obra de Levi, tanto por devolver o estado de contingência histórica à experiência dos indivíduos, quanto por complexificar o sistema de normas numa sociedade, tido nesta análise, como um processo inacabado, protagonizado por indivíduos, não como um sistema de regras fechado, onde não há mobilidade para leituras próprias elaboradas por seus agentes. Segundo o autor era justamente o fator incerteza que impulsionava aqueles homens a buscarem estratégias capazes de fornecerem o aprimoramento da previsibilidade e do estado de segurança. Sendo assim: “Não se tratava, contudo, de uma segurança derivada da imobilidade [...] A tentativa de simplificar o mundo, de torná-lo mais previsível, que parece notável nesse episódio devia possuir alguma relação com os comportamentos que dominavam as práticas cotidianas”. Cf.: LEVI, Giovanni. *Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, p. 83-84. Em relação a este mesmo conceito utilizado por Levi, Rosental assevera que o resultado das ações sociais “dependem das ações paralelas, ou da reação de outras pessoas. Resulta daí uma incerteza quanto às conseqüências de todo comportamento a qual é levada em conta pelos indivíduos: ela os impede contar abstratamente com um sistema de normas para ajudá-los a prever sem ambigüidade os efeitos dos seus atos. Cf.: ROSENTAL, Paul-André. Fredrik Barth e a Microstoria. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 157.

³ Sobre o conceito antropológico “distribuição de recursos”, Rosental menciona: “Cada indivíduo age em função de uma situação que lhe é própria e que depende dos recursos que ele dispõe – recursos materiais, decerto, mas também cognitivos e culturais. Cf.: ROSENTAL, Paul-André. Fredrik Barth e a Microstoria, p. 155-156.

⁴ Para G. Levi, “racionalidade limitada” consiste numa “quantidade limitada de informações [que possibilita] a utilização consciente das incoerências entre os sistemas de normas e sanções. Uma racionalidade seletiva ou limitada explica os comportamentos individuais subjetivamente desejados e aquele socialmente exigidos, entre liberdade e constrição.” LEVI, Giovanni. *Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, p. 46.

⁵ Anomia social e a reificação escrava foram conceitos que previam a despersonalização do indivíduo cativo, desenvolvidos por Florestan Fernandes, principal integrante da “Escola de Sociologia Paulista”, seguimento de pesquisas sobre a escravidão fundada por um grupo de sociólogos e historiadores da USP, nos anos 60, que pretendia “rever” a “história da benevolência” de Freyre. Esta tendência identificou no *materialismo histórico* seu principal fundamento de análise. Ao enfatizar a violência como elemento cerne das relações escravistas, afirmava que os escravos chegaram assumir para si, um estado de coisificação que a sociedade os impunha juridicamente. Desta

consiste em lidar com temas como: processos identitários, *sociabilidades*⁶, comunidades escravas e seus papéis políticos, bem como as múltiplas formas de agenciamento e de conflitos hierárquicos na disputa de recursos materiais e simbólicos na sociedade estratificada do *Antigo Regime nos Trópicos*⁷, que adquiriu entonações próprias de uma sociedade eminentemente escravista.

Entender o agenciamento cativo nos processos decisórios, de escolhas - sendo que essas, mesmo que restritas, fragmentadas, submetidas aos espaços nem sempre hermeticamente estabelecidos - constitui um passo inovador para o entendimento da multiplicidade de comportamentos e de *vivências escravas* numa sociedade que tinha como *constructo* do seu sistema normativo de valores, o estabelecimento de regras, deveres e obrigações recíprocas que agregavam a cada indivíduo, um papel a desempenhar e expectativas que cada um poderia ter em relação aos seus pares iguais ou a ocupantes de outras escalas sociais, com que teriam que se adequar a uma relação de mando.⁸

aceitação teriam perdido qualquer capacidade de atuação histórica, reconquistada somente com atos de rebeldia. Outros nomes importantes foram: Otávio Ianni, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso e outros. Cf.: GOMES, Ângela. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 157- 183, jul./dez. 2004.

⁶ Sobre o conceito de *sociabilidades*, conferir: AGULHON, M. *Penitent Et Frances-maçons de l'aancienne Provence*: essai sur La sociabilité marionale. Paris: Farard, 1984; _____. *El círculo burgués*: la sociabilidad em Francia, 1810-1848. Buenos Aires: Siglo Veintuno, 2009; SIMMEL, Georg. Sociabilidades - um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAIS FILHO, Evaristo. (Org.). *Georg Simmel*: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983; _____. *Sociologia*, 1: estudos sobre lãs formas de socialización. Madrid: Alianza Editorial, 1986; SOIHET, Rachel. (Org.). *Culturas políticas*: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

⁷ Uma alusão à obra: FRAGOSO, J. L., GOUVÊIA, M. F. & BICLAHO, M.F. *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Esta obra considera que a sociedade de Antigo Regime se baseava numa concepção corporativa de poder, em que a metáfora do corpo articulado, “naturalmente ordenado e hierarquizado por vontade divina” era utilizada como veículo para entender o funcionamento desta sociedade. Baseando-se neste modelo, o Rei, entretanto, corresponderia a *cabeça do corpo*, cuja função constituía-se na distribuição de honrarias e mercês conforme as “funções, direitos e privilégios de cada um de seus membros do Reino, podendo exercer, dessa forma a justiça em nome de um bem comum. Vale ressaltar, que a nova abordagem historiográfica, inaugurada por Charles Boxer acerca do redimensionamento da concepção de Império Português, contribuiu para a revisão do conceito do Antigo Sistema Colonial, que baseava-se na clássica oposição entre metrópole e colônia. Nessa aceção, passou-se a considerar a existência de relações mutualistas ou simbólicas entre os poderes locais e o poder central da Coroa, valorizando, portanto, o processo de periferização do poder, apesar do estabelecimento de identidade e pertença com o Império Português. Cf.: MATTOS, H. M. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: O Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, J. L., GOUVÊIA, M. F. & BICLAHO, M.F. *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa, p. 144.

⁸ Referimo-nos à apropriação do conceito de *economia moral* de E.P. Thompson nos estudos da escravidão, mais especificamente aqueles que se dedicaram ao redimensionamento da experiência de cativo durante o debate que se estabeleceu na década de 1980. Cf.: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n.16, p.143-160, mar./ago. 1988; LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro - 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; _____. *Blowin' In The Wind*: Thompson e A Experiência Negra No Brasil. *Projeto História*, São Paulo, v. 12, p. 43-56, 1995; GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate (Ensaio bibliográfico). *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 34, jul./dez. 2004; REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia das Letras, 1989; MATTOS [Castro], Hebe Maria. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

Deste modo, admitir a diversidade de comportamentos como norma social, equivale encarar a exigência de buscar entender as significações das experiências a partir das intenções e representações evocadas por seus próprios agentes. Em se tratando do estudo da escravidão, em que as *falas* são sempre indiretas, perpassadas pelo crivo institucional de poder, encarnada no filtro da pena do escrivão, este desafio se torna ainda mais contundente, em vista dos poucos recursos que nós, investigadores dispomos nos arquivos. Diante deste problema, quais seriam as saídas metodológicas? A utilização de depoimentos de testemunhos em processos criminais, de relatos testamentários de libertos, ou processos de devassas eclesiásticas, em que a *fala* dos depoentes, nesses casos, era transcrita sempre na primeira pessoa e a intenção do escrivão era representar uma encenação com certo tom de realismo parece nos aproximarmos desse propósito.

Esbarrando nessas limitações metodológicas é que precisamos, parafraseando J. Revel “inserir as regras do jogo na própria narrativa do jogo”⁹. Lidar com o estado de incertezas no campo da história não significa assumir somente o espaço de contingência de seus agentes, mas encarar as dificuldades metodológicas em que nos são colocadas, dialogando e nos inserindo sempre como co-partícipes do processo epistemológico de construção do conhecimento histórico.

Neste caso, o *método indutivo*, ou seja, aquele que parte sempre da realidade microscópica e cria generalizações a partir de experimentos observados, inversamente ao método dedutivo, procura elaborar suas categorias explicativas no percurso e no interior da própria análise, fazendo com que suas chaves explicativas se fundem na “própria variabilidade dos dados empíricos”¹⁰, não em categorias pré-estabelecidas e externas à natureza do objeto estudado. Nesse caso, longe de escamotear a diversidade de comportamentos observados, este método reassume o aspecto de dispersão, incongruências, ambigüidades e descontinuidades imanentes à própria realidade histórica vivenciada pelos agentes.

Uma das formas mais consistentes para se apreender a mencionada dimensão contingente da experiência histórica se dá através do que os “microhistoriadores” denominaram de *modelos generativos*, esses tributários de uma reapropriação do método da antropologia social na produção historiográfica. Elaborar *modelos generativos*¹¹ consiste em inserir conjecturas explicativas,

⁹ Cf.: REVEL Jacques. A História ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *Herança imaterial...*, p. 7.

¹⁰ Cf.: GRIBAUDI, M. Escala, pertinência e configuração. In.: REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas...*, p. 138.

¹¹ Para Gribaudi, a elaboração de modelos generativos “observam-se dinâmicas complexas e aparentemente irregulares. Assume-se essa irregularidade, colocando-a no centro da análise, e constrói-se um conjunto de hipóteses sobre os mecanismos subjacentes que a geram. A partir desses, definem-se as formas e as ligações pertinentes [...] a generalizações decorrentes estão essencialmente baseadas na volta às fontes”. Cf.: GRIBAUDI, M. Escala, pertinência e configuração, p. 134.

fundamentadas num processo de exploração intensiva do corpo documental disponível, seja do indivíduo ou de uma pluralidade de destinos particulares, a fim de entender ou de reconstituir uma cadeia de causalidades, capaz de sustentar uma compreensão acerca dos mecanismos imperativos e subjetivos que levaram o sujeito a efetuar uma escolha e não outra, numa dada configuração histórica. Nessa perspectiva, a elaboração de conjecturas explicativas, através dos modelos generativos, procura “devolver” ao sujeito histórico seu estado de contingência, reposicionando-o no seu respectivo universo de possibilidades finitas, que lhe estava, circunstancialmente, ao seu alcance.

Este método, vale ressaltar, tem como prerrogativa uma postura assumida no tocante ao caráter dinâmico e inusitado da experiência histórica, quando procura salientar a relevância de se reconstituir o espaço de manobras dos sujeitos. Entender as variantes comportamentais, através de uma perspectiva interacional de agenciamento dos seus atores, equivale aplicar não só a metáfora da “teoria dos jogos”¹², onde cada escolha é acionada por meio de um cálculo prévio do potencial de respostas mobilizadas por terceiros, mas também de dispor uma nova estrutura narrativa, referente à exposição do objeto investigado. Nesse sentido, a redução de escala, acompanhada da multiplicação dos ângulos de abordagem, abre espaço para narrativas não lineares, onde há valorização das discontinuidades inerentes ao campo da experiência, bem como do estado de *incoerência do sistema de normas*, em que a assimilação e a atribuição de significados de um corpo normativo de valores não são feitas de forma direta e mecânica, mas perpassam pelo crivo singular de seus atores.

269

Não obstante, a proposta em reconstituir cadeias de causalidade em circunstâncias específicas, levando-se em conta a série de imperativos psicológicos e dos recursos heterogêneos em que eram oferecidos diversificadamente aos indivíduos, dispõe ao alcance do investigador, o universo de possibilidades de manobras individuais possível de ser reconstruído. Deste modo, as hipóteses elaboradas a partir da observação intensiva dos possíveis comportamentos e escolhas proferidas pelos agentes, fazem da microanálise um procedimento prático de investigação, que prima, sobretudo pelo seu aspecto experimental e pela capacidade de colocar seus modelos explicativos à prova, ou seja, a serviço da *empíria*.

No item que segue procuramos analisar o fator das racionalidades individuais para o entendimento dos processos decisórios. A partir de uma perspectiva interacional dessas escolhas

¹² Sobre a “teoria dos jogos”, menciona Rosental: “Ela faz do indivíduo um ator, ou mais precisamente, ela o percebe no momento de efetuar uma escolha, de tomar uma decisão. Esta depende não apenas de seus recursos e das suas obrigações, mas também da sua previsão (em estado de incerteza) das ações ou das reações paralelas dos outros atores. Os comportamentos individuais não são mecanicamente determinados: eles refletem o uso que cada um faz da margem de manobra de que dispõe numa situação dada, do seu universo dos possíveis”. Cf.: ROSENTAL, Paul-André. Fredrik Barth e a Microstória, p. 159.

e decisões, procuramos inserir nesta análise, algumas reflexões sobre o processo de individualização dos agentes no corpo da sociedade, tomando por base os estudos sociológicos de Norbert Elias. Considerando que toda atuação individual é subjetiva e social ao mesmo tempo. Subjetiva, porque marcada pela percepção de mundo e leitura de experiências própria a cada ator histórico. Social, porque é desenvolvida na rede interacional compartilhada com outros agentes, procuramos entender os processos de tomada de decisões efetuados por indivíduos imersos numa cadeia sucessiva de dependências.

“A sociedade dos indivíduos”: o papel das redes sociais no processo de construção identitária coletiva e singular dos atores históricos

Norbert Elias, ao refletir sobre como se dava a relação entre *indivíduos* e *sociedade* e como a coesão de grupos incidia nas decisões tomadas pelos indivíduos, oferece algumas respostas explicativas para entendermos o processo de agenciamento dos atores sociais. Para o primeiro ponto, o teórico responde que não há oposição entre indivíduo e sociedade e a composição desta última não se dá como simples soma de indivíduos isolados. Sendo assim, a subjetividade é construída na inter-relação com outros agentes. E as respostas ou ações individuais são sempre constituídas na reciprocidade das relações. Em trecho da obra *A sociedade dos indivíduos* o autor menciona que o “indivíduo é ao mesmo tempo, moeda e matriz”¹³, deste modo, cada “eu está irrevogavelmente inserido num nós”¹⁴.

Este raciocínio nos auxilia a indagar sobre como se dava os processos de individuação no cativo, quais os alcances e os limites do agente, enquanto indivíduo inserido numa situação de subjuço. A subjetividade do cativo pode ser pensada como construção articulada entre a estrutura *sui generis* de personalidade do agente - isto é, a forma singularizada com que cada ator respondia aos problemas vivenciados, de acordo com espaços bem estabelecidos, impostos por sua posição social ocupada – e a experiência de grupo, construída a partir de valores, memórias e expectativas compartilhadas com seus pares de convívio. Como as identidades eram definidas a partir de reorganizações étnicas, conflitos intra e inter grupais, alianças horizontais e verticais, práticas associativas, vivências religiosas e outros espaços de re-significação cultural, o desmembramento de significados da multiplicidade de experiências, apresenta-se com grande potencial analítico para compreendermos o multifacetado processo de construção identitária, que perpassava por uma dinâmica interacional em que diferentes círculos de sociabilidades intercediam, necessariamente, no espaço de escolhas e de decisões daquele indivíduo. Isso sem escamotear que a posição ocupada e o papel de poder representado por aquele, podem,

¹³ Cf.: ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 52.

¹⁴ Cf.: _____. *A sociedade dos indivíduos*, p. 57.

evidentemente, oferecer níveis de manobras diferenciados, dependendo também da disponibilidade de recursos materiais, hierárquicos e habilidade pessoal, podendo garantir ou não, respostas bem sucedidas nas tramas e desafios em que lhes eram colocados.

Pensando no processo de estratificação do cativo e nos níveis distintos de poder em que o cativo poderia assumir naquele espaço, podemos considerar que o primeiro indício de aquisição de capital simbólico e vantagens auferidas no campo de possibilidades materiais poderia estar na sua capacidade de tecer alianças com seus superiores, assegurando assim, maior diferenciação frente aos seus pares. Não obstante, a aquisição de prestígio de se manter numa confraria ou mais que isso, alcançar e preservar um cargo de poder na *Mesa Diretora* ou assumir um cargo de elevado peso simbólico, como o de rei ou rainha durante o reisado, significava não só assumir insígnias de diferenciação perante a comunidade de escravos, mas, sobretudo, a capacidade de sustentar um posto de elevação, sem que com isso pudesse solapar a aliança com seus pares. Deste modo, a hierarquização de poder no cativo não excluía o processo de coesão grupal e o reconhecimento mútuo da existência de níveis distintos de poder na senzala.

Com isso consideramos que a experiência de decisão individual - numa sociedade altamente estratificada como a de *Antigo Regime nos Trópicos*, nunca se processava de forma isolada ou alheia ao grupo. Ou melhor, o espaço de escolhas subjetivas perpassava, necessariamente, pelo código comum que regia o comportamento coletivo do grupo, possibilitando, dessa forma, uma cadeia interacional de sociabilidades, que direcionava, mas não determinava, de forma fechada, caminhos possíveis para o estabelecimento da tomada de decisões e escolhas dos agentes.

Norbert Elias entende essa teia interacional, entre indivíduos e grupos como uma *rede* ou *complexo funcional*, onde as funções desempenhadas pelos agentes em interação são interdependentes e suas determinações não completamente definidas, constituindo uma espécie de estrutura elástica e flexível, em que o espaço de manobras para as decisões individuais se entrelaça com os feixes pré-condicionados. Para o teórico:

A ordem invisível dessa forma de vida em comum, que não pode ser diretamente percebida, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamentos possíveis. Por nascimento ele está inserido num complexo funcional ou estrutura bem definida, deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele e talvez, desenvolver-se mais, com base nele.¹⁵

Nesse sentido, de acordo com este *complexo funcional* há uma rede de funções interdependentes, em que cada ação social tomada pelo indivíduo está relacionada a uma cadeia de funções desempenhadas por terceiros. Deste modo, é esclarecedor outro trecho, em que o autor menciona:

¹⁵ Cf.: ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*, p. 21.

Em virtude dessa inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos [...] precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades. Assim cada pessoa singular está presa por viver em permanente dependência funcional de outras, ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente são elos nas cadeias que as prendem.¹⁶

Como resultante desse processo de interação contínua de relacionamentos, Elias designou como *fenômeno reticular*, a capacidade dos agentes de se definirem a partir da referência externa dos outros, ou melhor, através da relação mútua entre o *eu* o *outro*, durante o processo de construção da identidade subjetiva.¹⁷ Este conceito será fundamental para o entendimento da formação de identidades de grupos desenvolvida na obra *Os Estabelecidos e os Outsiders*.¹⁸ Para o autor, a formação do processo identitário depende, efetivamente, do que foi por ele designado por *carisma grupal*, considerado elemento *sine qua non* para assegurar o sentimento de pertença coletiva e, conseqüentemente, conferir afirmação de superioridade do grupo em relação aos demais. A sustentação desta experiência de sociabilidade, denominada por carisma grupal, assentava-se, sobretudo, no elevado nível de coesão de normas comuns, práticas, símbolos e rituais compartilhados, capazes de estabelecer uma forte consciência de pertença, sempre em interface e oposição a outro(s) grupo(s).

Deste modo, a identidade construída pelo grupo estabelecido firma-se no processo de desintegração e desmobilização do *outro*, pela arma com que aquele dispunha de ‘estrangeirizar’, acentuando ainda mais o nível de estranhamento do *outsider*. Essas noções de *establishment* e *carisma grupal*, enquanto vetores de construção de identidades de grupos, foram fundamentais para o embasamento do leque de discussões que se estabeleceu em torno dos processos identitários de africanos e afrodescendentes no contexto da diáspora-atlântica. Sendo assim, temas como a família escrava, as redes de compadrio, as revoltas cativas, os agrupamentos quilombolas e irmandades em torno de devoções negras funcionam como “termômetros” cruciais para a verificação do nível de coesão e dissensão étnica na senzala. A questão basilar era: houve formação de comunidades na senzala capazes de gestar identidades culturais próprias ou a condição de cativo e as disputas por recursos suprimia essa possibilidade, fazendo da dissensão uma regra das relações no quadro multiétnico da escravidão?

Inaugurando um diálogo fecundo de Norbert Elias com a historiografia da escravidão, Florentino e Góes consideram que a escravidão assentava-se numa “contínua produção social do

¹⁶ Cf.: ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*, p. 23.

¹⁷ Cf.: _____. *A sociedade dos indivíduos*, p. 31.

¹⁸ Cf.: _____. & SCOTSON, J. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

estrangeiro”¹⁹, em função do movimento maciço de entrada de africanos gerado pelo tráfico transatlântico. Era justamente este movimento responsável pela fronteirização de grupos entre *estabelecidos* (crioulos e africanos ladinos) e *outsiders* (estrangeiros cativos, recém-chegados), sendo que estes procuravam ultrapassar seu estado de estrangeiros-capturados para tornarem-se, efetivamente, escravos integrados, processo este que se estabelecia no decorrer das relações de socialização em que estariam submetidos no cativo. Para os autores, o *estado de guerra* generalizado estabelecido no cativo, por conta da pressão do tráfico e constante desequilíbrio e estranhamento provocado pela multiplicidade étnica de estrangeiros, obrigava a senzala a buscar mecanismos compensatórios, baseados na criação e recriação de laços comunitários, propiciando condições minimamente suportáveis de convivência. Mas isso acontecia prioritariamente pela busca de seu *igual*, seletividade esta que pode ser observada na reprodução da prática endogâmica por origem nos casamentos escravos. Para os autores, a constituição de um “nós” – viabilizado pelos laços comunitários e a recusa do outro provocado pela reprodução recorrente do dessemelhante estrangeiro – constituíam duas faces do mesmo fenômeno.

Numa outra frente de abordagem, Slenes se opõe quanto à existência de um estado de guerra latente, inerente à comunidade escrava, como também ao direcionamento político tomado pelas organizações familiares, mencionados pelos autores. Deste modo, o potencial de sociabilidade alcançado pelos vínculos comunitários seria maior que o estado de dissensão, ao promover e sustentar identidades de grupos, que não estariam, a seu ver, em frontal oposição uns com os outros. Em se tratando de procedências étnicas de origem *banto*, esses grupos poderiam identificar elementos comuns, capazes de explicar a estrutura de uma gramática profunda subjacente à multiplicidade etno-linguística cultural. Nesse sentido, as *heranças africanas*, de tronco cultural comum, fundariam as *esperanças e recordações* das experiências escravas do lado oposto do Atlântico.²⁰

Outro posicionamento neste debate será tomado por Hebe Mattos, que considera que a gestação de relações comunitárias no cativo não foi capaz de sustentar uma identidade cultural ampla generalizada, nos termos apresentados por Slenes, como a *Proto-nação Banto* no sudeste. A disputa maciça por recursos incitava o permanente conflito e, conseqüentemente, o processo de estratificação social na senzala. Aqueles privilegiados na inserção dos processos de socialização – como a família consanguínea ou a adesão em uma irmandade religiosa, por exemplo – estariam

¹⁹ Cf.: FLORENTINO, M. & GÓES J. R. *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997, p. 36.

²⁰ Cf.: SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

mais próximos, culturalmente falando, dos valores e concepções de vida do *mundo dos livres*, afastando-se, portanto, de seus pressupostos culturais antecedentes à travessia.²¹

Aprofundando o nível do debate, quanto às possibilidades de emergência de vínculos comunitários no interior do cativo, Carlos Engemann considera que esse processo foi possível somente nas grandes unidades escravistas. Nesse sentido, o ato de compartilhar o mesmo espaço, acompanhado de uma temporalidade contínua de convivência foram tidos como fatores cruciais para a gestação de regras, valores, códigos de condutas comportamentais capazes de assentar uma identidade de grupo no tempo.²²

Outros estudos focados em espaços de sociabilidade, como as relações compadrescas²³ e a filiação de escravos e libertos nas irmandades²⁴, demonstram como os vínculos comunitários poderiam ultrapassar, efetivamente, as fronteiras da unidade, assentando, dessa forma, alianças identitárias não subordinadas ou ditadas pelo tamanho e pelo espaço restrito da escravaria. O espaço de sociabilidades, gestado no interior das irmandades negras, é o exemplo mais esclarecedor de como a dinâmica interacional de grupo apresentava potencial de ultrapassar, efetivamente, as fronteiras da unidade, sem que com isso, pudesse agregar projetos de ruptura ou desmontagem da instituição escravista. Em muitas ocasiões, seus estatutos de regimento se posicionaram frente ao que poderia ser definido como *cativo justo* ou *injusto*.

²¹ Cf.: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²² Cf.: ENGEMANN, C. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

²³ Sobre a sociabilidade do compadrio no cativo ver: GUEDEMAN, S. & SCHWARTZ, S. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, Brasília CNPq, 1988; KJFERVE, Tânia Maria G. & BRUGGUER, Silvia Maria. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes, n. 20, 1991; SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001; _____. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; GUEDES, Roberto. *Na pia batismal família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.; RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e transição (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1889-1920)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

²⁴ Sobre as irmandades negras ver: AGUIAR, M. M. *Vila Rica dos Confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII*. 1993. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo. _____. *Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil Colonial*. 1999. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.; BORGES, C.M. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: Devoção e solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005; OLIVEIRA, A. *Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Quartet\FAPERJ, 2008; QUINTÃO, A. A. *Lá vem meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e Pernambuco*. 1997. Tese. (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.; REIS, J.J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991; SCARANO, J. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de N. Sra do Rosário dos Homens Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1976. (Coleção Brasileira, 357).; SOARES, M. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Em termos gerais, o escravo precisava da *licença* do senhor para que pudesse filiar-se à agremiação, por sua vez, seu senhor, uma vez autorizado seu ingresso, não poderia inibir sua participação nas atividades confrariais. Caso o escravo ocupasse algum cargo administrativo, o senhor ainda não poderia coibi-lo de se dedicar a uma vida intensa na confraria, que lhe exigiria a participação efetiva em reuniões e compromisso assíduo na organização da festa do santo padroeiro, bem como nas práticas de caridade com os irmãos necessitados, etc. Em casos em que essas normas costumeiras – não só de âmbito interno da irmandade, mas também de foro íntimo e cotidiano da vida do confrade cativo – fossem rompidas, burladas ou violadas, era possível que a irmandade intercedesse em favor de seu filho, seja através do patrocínio coletivo de sua alforria, ou até mesmo por meio de *Petições de Resgate de Irmãos Cativos* enviados à Coroa, baseado no privilégio real que questionava a autoridade do “mau-senhor”, colocando-lhe empecilhos para que vendesse seu cativo confrade para fora dos limites de sua comunidade. Tudo isso serviria de base para o fortalecimento ideológico do que poderia ser definido como cativo legítimo.

Vale ressaltar que a Irmandade de N. Sra. do Rosário teve sua origem vinculada ao combate de heresias modernas, por isso obteve uma propagação tão forte no projeto expansionista do Império Português. Divulgada pela ordem dominicana e por jesuítas, sua devoção atingiu pontos estratégicos dos três continentes – América portuguesa, África e Europa. Destacando o contato prévio em que os povos *bantos* tiveram com o catolicismo, antes mesmo da travessia, John Thornton²⁵ afirma ter se estabelecido no Reino do Congo, o que ele denominou por *catolicismo africano*, ou seja, uma nova experiência religiosa resultante de uma combinação de mitos, ritos e valores, justamente por ter havido estruturas comunicativas, dialógicas e pontos comuns entre os dois sistemas culturais de crenças. Por isso é que podemos considerar o espaço das Irmandades do Rosário, como um *locus* privilegiado para a negociação de símbolos e códigos culturais, bem como para a reorganização cultural de várias procedências étnicas, podendo ou não ser capaz de elaborar um denominador comum de entendimento, propiciador de aceitação recíproca das diferenças entre os membros, como postulou Slenes.

Deste modo, para entendermos o processo de construção de identidades de grupo, a partir da experiência da diáspora-atlântica, fecundo tem sido o diálogo da historiografia da escravidão com o conceito de *identidade cultural* proposto pelo antropólogo norueguês F. Barth, que a meu ver, traz paralelos com a leitura de Norbert Elias, ao enfatizar o aspecto contrastivo e interacional no processo de definição do grupo. Para o teórico, a forma como os agentes se autodefinem e são definidos pelo “olhar” externo dos *outros* é um traço marcante para a

²⁵ THORNTON, J.K. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico – 1400 a 1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

fronteirização de grupos étnicos, numa sociedade culturalmente diversificada. Sendo assim, não há uma circulação cultural indiscriminada e sim a constituição de regras e prescrições próprias que governam as situações de contato, permitindo, portanto, a interação em alguns setores e a interdição em outros. Essas regras são vetores relevantes para assegurar, de certa forma, algum nível de estabilidade no processo de fronteirização. Deste modo, a incorporação do que podemos entender como *outsiders* pelo *grupo estabelecido* pode ser entendida a partir da disponibilidade do primeiro em assumir as regras de adesão propostas pelo segundo. Consoante Barth: “a existência de critérios para a determinação do pertencimento” está subordinada ao “compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento” do estrangeiro.²⁶

Deste modo, regras de pertencimento e exclusão foram observadas em *Compromissos* (estatutos que regiam as confrarias) em associações como a Irmandade de N. Sra dos Remédios na Igreja de Santa Ifigênia do Rio de Janeiro, no século XIX, que previa a admissão somente de *pretos-minas*. Assim como na *Venerável Ordem Terceira do Rosário de N. Sra das Portas do Carmo* da cidade de Salvador, que apresentou como critério de admissão, o acesso exclusivo de angolanos.²⁷ Outra forma de analisar as clivagens étnicas no interior das irmandades que, a primeira vista, não apresentaram critérios étnicos de seletividade de adesão, é através da análise da distribuição de cargos de poder da *Mesa Diretora*, bem como a formação de devoções internas, conhecidas como *Irmandades de Altar Lateral*, que por não possuir um espaço religioso próprio, se submetiam às regras e condições impostas pela agremiação principal. Segundo Oliveira, a distribuição das devoções entre diferentes grupos no interior da irmandade consiste num método eficaz para apreendermos o processo de fronteirização cultural estabelecido no interior da confraria.²⁸

276

Considerações Finais:

Traçar paralelos entre a *microhistória italiana* com a sociologia de Norbert Elias, no que diz respeito à forma de pensar as relações entre indivíduo-sociedade, contingência-imperativos sociais, agenciamento individual-redes sociais, nos possibilita o amadurecimento analítico referente aos fatores, que somados, pesam na realização de escolhas e tomada de decisões dos indivíduos. Levando-se em consideração que o teórico alemão desenvolveu essa discussão com no mínimo 30 anos de antecedência em relação ao grupo heterogêneo de pesquisadores italianos, mais preocupados com procedimentos metodológicos práticos do que com matrizes teóricas propriamente, vale ressaltar que o primeiro foi pioneiro em perceber um indivíduo menos

²⁶ BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tomke Lask (Org.). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 34.

²⁷ Cf.: SOARES, M. *Devotos da cor*. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII; REIS, J.J. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.

²⁸ Cf.: LIVEIRA, A. *Devoção negra*: santos pretos e catequese no Brasil Colonial. Rio de Janeiro.

imóvel, de forma mais elástica no seu potencial de decisões e de atuação numa sociedade. Nesse sentido, acreditamos ser possível tecer aproximações conceituais entre ambos os seguimentos, principalmente no que se refere ao conceito de *rede social* ou *complexo funcional* com forte relevância do fator interacional, tão presente no primado da microhistória, personificada na metáfora da “teoria dos jogos”.

Recebido: 23/09/2011
Aprovado: 26/01/2012